



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVITE** de alguns dos pesquisadores abaixo identificados, **todos eles vinculados a entidades que analisam e debatem o setor de apostas e seus efeitos no Brasil**, na condição de **ESPECIALISTAS**, para prestarem depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. Brunno Galvão (CEO da Crownstone Ventures)
2. João Camargo (presidente do conselho de administração da Esfera Brasil)
3. Gabriel Leal de Barros (sócio e economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal)
4. Isabella Henriques (diretora-executiva do Instituto Alana)
5. Rodrigo Nejm (doutor em Psicologia Social e especialista em educação digital no Instituto Alana)
6. Dr. Rodrigo Affonseca Bressan (presidente do Instituto Ame Sua Mente)
7. Ítalo Franca (economista do Santander Brasil)
8. Maurício Maia (Presidente Executivo da Nielsen Brasil)



9. Marcelo Gil e Gerson Charchat (sócios responsáveis pela Strategy& da PwC no Brasil)
10. Ricardo Oliveira (representante da Redirection International)
11. Renato Meirelles (fundador e diretor do Instituto Locomotiva)
12. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer (professor de Direito Comercial da USP e ex-diretor do Procon-SP)
13. Rafael Ávila (diretor do SOS Jogador)
14. Thomas Victor Conti (doutor em economia, cientista de dados e professor no Insper e no Instituto de Direito Público – IDP/SP)
15. Fernando Ferreira (estrategista-chefe da XP Investimentos)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVITE** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce



a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, seguem as razões para a apresentação do presente requerimento:

Crownstone Ventures, uma firma de investimento focada em setores de rápido crescimento, vê o mercado brasileiro de apostas como uma oportunidade estratégica, apostando na regulamentação iminente e no enorme público potencial. Seu interesse reflete uma abordagem agressiva de expansão em mercados emergentes, onde o ambiente regulatório ainda está em definição. A entrada de Crownstone pode catalisar o desenvolvimento de plataformas sofisticadas e internacionalizadas, mas levanta questões sobre transparência e responsabilidade social, dado o risco de consumo excessivo e a possibilidade de uma regulamentação que talvez não proteja adequadamente o consumidor.

Esfera Brasil, uma organização influente no cenário político e econômico, tem promovido discussões sobre os impactos e desafios da regulamentação do mercado de apostas online no Brasil. Em eventos recentes, como um jantar em São Paulo com a presença de líderes da Polícia Federal, membros da Esfera Brasil abordaram preocupações relacionadas à lavagem de dinheiro e ao envolvimento do crime organizado nas apostas online. O chairman da organização, João Camargo, destacou a importância de equilibrar a arrecadação tributária com uma regulação que mitigue os riscos sociais e econômicos, especialmente o endividamento e o impacto psicológico sobre os consumidores. Representantes presentes alertaram que, sem um controle rigoroso, a legalização pode normalizar práticas antes vistas como prejudiciais, aumentando problemas como a inadimplência e a dependência



entre os mais jovens, que são especialmente vulneráveis à publicidade agressiva das plataformas de apostas.

Gabriel Leal de Barros, um economista renomado com ampla experiência em finanças públicas e políticas fiscais, tem sido uma voz influente nos estudos sobre os impactos econômicos de novas regulamentações no Brasil, incluindo a taxação das apostas esportivas. Em suas análises, Barros examina as projeções fiscais e o potencial de arrecadação associado à taxação deste setor em expansão, considerando como essa fonte de receita poderia contribuir para o orçamento público. Sua perspectiva destaca tanto os possíveis benefícios econômicos quanto os desafios envolvidos, como a necessidade de uma estrutura regulatória eficaz que mitigue os riscos de evasão fiscal e permita uma arrecadação consistente. A participação de Barros nessas discussões é crucial, pois ele busca equilibrar o potencial arrecadatório com o impacto social das apostas, enfatizando a importância de políticas fiscais que sejam, ao mesmo tempo, eficientes e socialmente responsáveis.

O Instituto Alana, uma organização não governamental focada na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, desempenha um papel crucial na CPIBETS devido à sua denúncia formal ao Ministério Público sobre práticas de publicidade ilegal de cassinos online e apostas promovidas por influenciadores mirins. Essa publicidade direcionada, que inclui a participação de influenciadores jovens nas redes sociais para promover apostas, é uma estratégia preocupante adotada pelo setor das "bets" para atrair o público infantojuvenil. O Instituto Alana destaca como essa abordagem explora as vulnerabilidades psicológicas e cognitivas de um público em desenvolvimento, que, por sua natureza, tem menos capacidade para avaliar riscos e pode facilmente se tornar dependente dessas plataformas. O Instituto tem se posicionado firmemente contra a exploração comercial de crianças e adolescentes, defendendo a implementação de



regulamentações rígidas e penalizações severas para impedir que essa publicidade manipuladora e abusiva continue a proliferar no ambiente digital brasileiro.

O Instituto Ame Sua Mente é uma organização focada em saúde mental, com uma atuação significativa na análise de como o cérebro jovem reage a estímulos que envolvem recompensas rápidas, como as oferecidas por plataformas de apostas online. Especialistas do instituto destacam que o sistema de recompensa do cérebro em jovens é altamente sensível e impulsivo, o que os torna mais vulneráveis ao desenvolvimento de comportamentos de vício, especialmente em jogos de azar. Estudos conduzidos pela entidade mostram que essa suscetibilidade é reforçada pela imaturidade biológica e emocional dos adolescentes, que possuem um menor controle dos impulsos e têm dificuldade em avaliar riscos de longo prazo. A exposição a estímulos como os de apostas online, que prometem recompensas instantâneas, pode levar a um ciclo de dependência difícil de romper. O Instituto Ame Sua Mente defende, assim, a importância de políticas de proteção e regulamentação mais rigorosas para restringir o acesso de jovens a essas plataformas e mitigar os riscos de saúde mental associados ao vício em jogos de azar.

Ítalo Franca é um influente consultor de políticas públicas com profunda experiência em regulamentação, especialmente em setores complexos e de rápido crescimento como o das apostas online. Ele oferece insights valiosos sobre como estruturar políticas que não apenas permitam o funcionamento controlado do setor, mas também protejam consumidores e garantam benefícios econômicos sustentáveis. Franca defende uma abordagem regulatória que combine supervisão rígida, transparência e mecanismos de proteção social para mitigar riscos de vício e endividamento. Entre suas recomendações estão a implementação de políticas de autoexclusão, a imposição de limites de apostas, o fortalecimento



de campanhas de conscientização e a criação de um sistema de tributação que beneficie a economia pública. Seu conhecimento sobre regulamentação e suas implicações sociais e econômicas torna suas contribuições essenciais para o desenvolvimento de políticas eficazes e equilibradas para o setor de apostas.

A Nielsen, conhecida mundialmente por suas análises de mercado e insights sobre comportamento de consumo, está bem posicionada para fornecer dados importantes sobre os hábitos dos brasileiros em relação às apostas online. Com sua expertise em pesquisa de mercado, a Nielsen pode oferecer uma compreensão detalhada de quem são os apostadores, quais plataformas utilizam, com que frequência jogam e o impacto dessas atividades no consumo geral. Além disso, a empresa pode identificar tendências demográficas e psicográficas, revelando, por exemplo, a faixa etária mais propensa a participar de apostas, bem como as motivações e os padrões de gasto entre diferentes grupos. Essas análises ajudam a mapear não apenas o perfil do consumidor de apostas, mas também como o mercado de apostas online influencia o comportamento financeiro e o consumo em outras áreas, como entretenimento, bens de consumo e serviços financeiros. A Nielsen também pode oferecer dados sobre o impacto da publicidade de apostas, ajudando a entender como campanhas e patrocínios afetam a decisão dos consumidores e, potencialmente, impulsionam a popularidade das apostas entre o público jovem. Esse tipo de pesquisa é essencial para informar políticas públicas, regulamentações e estratégias de mercado mais responsáveis, especialmente em um setor que está em expansão no Brasil e traz preocupações quanto ao vício e ao endividamento.

Um estudo da PwC revelou que o mercado de apostas online gera lucros substanciais, com as plataformas retendo, em média, 12% do valor total das apostas como lucro bruto. Esses dados são importantes para entender o fluxo financeiro do setor e as margens de lucratividade das operadoras. Com a iminente regulamentação das apostas esportivas no Brasil, a PwC



pode fornecer dados e análises que esclareçam o potencial de arrecadação fiscal, ajudando o governo a estruturar políticas que maximizem os benefícios econômicos enquanto mitigam os riscos financeiros e legais. A PwC tem experiência em análises detalhadas do impacto econômico das apostas em outros mercados e pode oferecer insights sobre melhores práticas globais em termos de compliance, tributação e proteção ao consumidor. Seus dados podem auxiliar na definição de uma estrutura regulatória equilibrada, que considere a arrecadação tributária como uma oportunidade econômica, mas também enfatize a necessidade de proteger os consumidores, especialmente contra o vício em jogos e o endividamento. A consultoria também poderia contribuir com informações sobre políticas de autorregulação, controle de lavagem de dinheiro e práticas de transparência para ajudar o Brasil a evitar problemas comuns em mercados de apostas não regulamentados. Registre-se que, no Brasil, a Strategy&, a consultoria estratégica da PwC, é responsável por estudos sobre o mercado de apostas online. Eles fornecem análises detalhadas e relatórios sobre o impacto econômico e comportamental das apostas esportivas e outras formas de jogos de azar no país.

A Redirection International é uma empresa especializada em assessoria de transações de fusões e aquisições (M&A) para empresas do segmento de middle market (entre US\$ 10 milhões e 500 milhões). A empresa atua em projetos de desenvolvimento corporativo, oferecendo serviços de planejamento, avaliação, negociação, diligência e fechamento de transações. A Redirection International possui uma rede global de parceiros e está presente no Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. No Brasil, a Redirection International é representada por Ricardo Oliveira, que atua como Parceiro e Líder de Jogos e Loterias. Ele é responsável por fornecer análises detalhadas e relatórios sobre o impacto econômico e comportamental das apostas esportivas e outras formas de jogos de azar no país.



O Instituto Locomotiva é uma organização de pesquisa especializada em transformar dados e pesquisas em conhecimento e estratégia para marcas, organizações e instituições. Eles se concentram em entender profundamente o indivíduo que vive, consome e sonha no Brasil, para que os números apresentados tenham história e identidade. Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, alerta sobre o impacto social das apostas online no Brasil, enfatizando como campanhas publicitárias enganosas influenciam os apostadores a acreditarem que têm mais controle sobre o jogo do que realmente têm. Suas pesquisas apontam que essa percepção distorcida leva muitos brasileiros a verem as apostas como uma solução rápida para dificuldades financeiras, o que, em vez de aliviar, agrava o problema de superendividamento e aumenta a vulnerabilidade econômica das famílias. Meirelles destaca que a combinação de falsas promessas de controle e soluções fáceis para dívidas pessoais intensifica os riscos de crise financeira em lares já fragilizados.

Roberto Pfeiffer, professor de Direito Comercial da USP e ex-diretor do Procon-SP, traz uma análise especializada sobre os riscos ao consumidor no cenário das apostas online, com foco nas plataformas não regulamentadas. Pfeiffer alerta que muitos apostadores enfrentam dificuldades significativas para resgatar fundos dessas casas de apostas, expondo a falta de proteção jurídica e de garantias financeiras para os usuários. Além disso, ele enfatiza os desafios legais e práticos em responsabilizar e processar empresas com sede no exterior, o que complica a defesa dos direitos do consumidor brasileiro. Seu depoimento na CPIBETS é essencial para aprofundar a compreensão dos riscos enfrentados pelos consumidores e para discutir mecanismos de regulamentação que aumentem a segurança e proteção dos apostadores no país.

A convocação da S.O.S. Jogador é fundamental para a CPIBETS, dado seu trabalho com o impacto psicossocial das apostas esportivas e



sua assistência direta a indivíduos afetados pelo vício em jogos de azar. A organização acompanha de perto o aumento nos casos de dependência e endividamento, fenômenos exacerbados por práticas de marketing agressivo, como o uso de influenciadores e publicidade direcionada a públicos vulneráveis, promovidas por diversas empresas de apostas. A S.O.S. Jogador pode fornecer dados concretos e análises sobre a extensão do problema e suas consequências sociais, além de oferecer uma visão detalhada das estratégias empregadas por essas empresas para atrair e reter jogadores, contribuindo assim para uma análise mais profunda das políticas necessárias para proteger consumidores vulneráveis.

Thomas Conti, economista do Insper e sócio da AED Consulting, é um crítico contundente das falhas legislativas no Brasil em relação à regulamentação das apostas online, especialmente devido à falta de uma análise profunda sobre os impactos sociais e econômicos dessas atividades. Conti argumenta que a regulamentação foi apressada com foco em arrecadação de receitas, sem considerar adequadamente os riscos associados ao vício, particularmente em cassinos virtuais, que apresentam um alto potencial de dependência. Sua ida à CPIBETS é essencial para fornecer uma perspectiva econômica e regulatória fundamentada, destacando as lacunas na legislação atual e os riscos de longo prazo para a população e a economia. A visão de Conti ajudará a CPIBETS a entender como uma regulação responsável poderia mitigar os efeitos negativos das apostas online, equilibrando arrecadação com proteção ao consumidor.

A XP Investimentos, uma das maiores instituições financeiras do Brasil, divulgou um relatório que projeta um volume de transações no mercado de apostas online entre R\$ 90 bilhões e R\$ 130 bilhões em 2024. Este crescimento acentuado reflete o triplo da participação das apostas no orçamento familiar das classes mais baixas desde 2018, demonstrando uma penetração significativa do setor em lares das classes D e E. A XP



Investimentos alertou para os efeitos nocivos dessa prática sobre o poder de compra das famílias mais vulneráveis, ressaltando que o redirecionamento de recursos para as apostas limita o consumo de bens essenciais e aumenta o risco de endividamento nessas faixas de renda. Esse cenário coloca em evidência a urgência de políticas de regulação que protejam os consumidores das camadas de renda mais baixa, minimizando os impactos sociais e financeiros adversos decorrentes da expansão desenfreada do mercado de apostas.

Dessa forma, considera-se que os pesquisadores antes identificados, **todos eles vinculados a entidades que analisam e debatem o setor de apostas e seus efeitos no Brasil**, têm muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

